

**RTN**  
**2022**

Março

Publicado em  
28/04/2022

# Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo



## Sumário Executivo

Em março de 2022, o Governo Central apresentou um déficit primário de R\$ 6,3 bilhões, enquanto no mesmo mês do ano anterior foi observado um superávit de R\$ 2,0 bilhões (em termos nominais). O resultado do mês foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 8,3 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 13,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 20,2 bilhões. Comparado a março de 2021, o resultado primário observado decorre da combinação de um aumento real de 6,7% (+R\$ 8,9 bilhões) da receita líquida e um acréscimo real de 13,5% (+R\$ 17,4 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas administradas (+R\$ 7,1 bilhões), na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 3,0 bilhões) e nas receitas não administradas (+R\$ 1,2 bilhão), parcialmente compensado pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 2,5 bilhões). Os principais destaques na comparação mensal são: a) acréscimo na arrecadação da estimativa mensal e na declaração de ajuste anual (IRPJ/CSLL); b) aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (rendimentos do trabalho e do capital); c) acréscimo na arrecadação previdenciária (RGPS), devido ao aumento da massa salarial e maior arrecadação do Simples Nacional.

A variação real nas despesas totais pode ser explicada pelo: i) aumento de R\$ 11,6 bilhões nos pagamentos de Abono Salarial e Seguro-Desemprego, explicado pela concentração do pagamento de Abono Salarial nos meses de fevereiro e março de 2022, conforme Resolução CODEFAT nº 934/2022; ii) pagamento de benefícios e auxílios do Programa Auxílio Brasil, em março de 2022, no montante de R\$ 7,4 bilhões, enquanto em março de 2021 foram pagos, em termos reais, R\$ 3,0 bilhões de benefícios do Programa Bolsa Família; e iii) aumento das despesas discricionárias (+R\$ 2,8 bilhões), com destaque para as funções Assistência Social (R\$ 0,6 bilhão) e Saúde (+R\$ 0,5 bilhão). Na direção contrária, destaca-se a redução real na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 2,2 bilhões).

Com o número de março, o resultado acumulado no ano totaliza um superávit primário de R\$ 49,6 bilhões, ante superávit de R\$ 24,2 bilhões no mesmo período de 2021 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 105,1 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 55,5 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até março, a receita líquida anotou aumento de 12,7% (+R\$ 52,6 bilhões), enquanto a despesa cresceu 7,4% (+R\$ 28,8 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 35,9 bilhões), concentradas principalmente em Imposto de Renda e CSLL. Ainda, destacam-se os acréscimos nas receitas não administradas (+R\$ 25,8 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 7,8 bilhões). Esses movimentos foram parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 17,0 bilhões).

Do lado da despesa, no primeiro trimestre de 2022, a variação real é explicada: i) pelo aumento de R\$ 14,3 bilhões nas despesas obrigatórias com controle de fluxo, com destaque

para a variação positiva de R\$ 13,1 bilhões na rubrica “Bolsa Família e Auxílio Brasil”; ii) aumento de R\$ 10,9 bilhões nos pagamentos de Abono Salarial e Seguro-Desemprego, explicado pela concentração do pagamento de Abono Salarial, conforme Resolução CODEFAT nº 934/2022; iii) pelo aumento das despesas discricionárias (+ R\$ 4,8 bilhões), com destaque para as funções Saúde (+R\$ 1,2 bilhão) e Assistência Social (+ R\$ 1,0 bilhão); iv) pelo aumento de R\$ 2,6 bilhões na rubrica de Subsídios, Subvenções e Proagro (com destaque para R\$ 1,2 bilhão em Proagro); e v) pela redução na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 7,0 bilhões).

Os resultados apurados no primeiro trimestre do ano sugerem que o balanço primário do Governo Central poderá ser superior ao projetado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 1º bimestre. As estimativas do citado relatório para os agregados de Receita Total (R\$ 2.118,0 bilhões) e Receita Líquida (R\$ 1.686,1 bilhões) representam uma variação nominal com relação aos valores realizados em 2021 da ordem de 9,6% e 6,8%, respectivamente. Os dados apurados até março mostram, no entanto, que os ingressos têm sido bem superiores, com a Receita Total e a Receita Líquida crescendo 25,8% e 24,7%, respectivamente, em valores nominais.

Do lado das despesas, os valores realizados em 2022 aparentam sinalizar na direção oposta, na medida em que a projeção do RARDP, de quase R\$ 1.753 bilhões para a Despesa Total, representa um crescimento nominal de 8,6% com relação ao que foi executado em 2021, valor bem inferior ao incremento nominal apurado até março desse ano, de 19,0%. Nesse caso, porém, pode-se dizer que as despesas devem, ao longo do ano, se aproximar da projeção do relatório bimestral. Isso porque o teto de gastos em 2022 permite um crescimento máximo, com relação ao executado no ano passado, da ordem de 15,2% para as despesas a ele sujeitas, que representam cerca de 96% das despesas totais. Além disso, espera-se uma redução substancial nos créditos extraordinários nesse ano, que devem chegar a R\$ 23,8 bilhões, depois de atingirem R\$ 117,2 bilhões em 2021 por conta das ações empreendidas para combate à aos efeitos pandemia.

Essa percepção de melhora do cenário fiscal do ano é compartilhada pelos analistas de mercado que enviam suas expectativas para o sistema Prisma Fiscal. Considerando as projeções para o Resultado Primário do Governo Central, a mediana das projeções coletadas em abril aponta um déficit de R\$ 46,4 bilhões, valor cerca de R\$ 20 bilhões melhor que o resultado projetado pelo RARDP do 1º bimestre, divulgado no final de março. Movimento semelhante se verifica nas projeções para o estoque da Dívida Bruta do Governo Geral ao final do ano. Em abril, a mediana de mercado mostrou queda na projeção pelo terceiro mês consecutivo, chegando a 81% do PIB, valor três pontos percentuais inferior ao que o mercado esperava em janeiro.

Os bons resultados registrados no início de 2022 apontam para a continuidade do processo de consolidação fiscal, fruto do bom momento da arrecadação e do controle das despesas. Esse esforço, no entanto, precisa se manter nos próximos anos na medida em que o Governo Central deve fechar em patamar deficitário até 2024, segundo o PLDO 2023, e que uma redução mais consistente da dívida pública requer resultados primários positivos mais robustos.